

Um anglo-lisboense no Brasil Joanino: escravidão, religião e política sob o olhar de Henry Koster

An anglo-lisbonian in Joanine Brazil: slavery, religion and politics under the gaze of Henry Koster

Sergio Willian de Castro Oliveira Filho

Doutorando em História Cultural

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

sergiowfilho@ig.com.br

RESUMO: Seis anos após ter chegado pela primeira vez ao Brasil, o inglês Henry Koster publicaria em Londres suas impressões sobre este território para o qual partira em 1809 com o intento de cuidar de sua saúde. Koster, filho de um comerciante inglês, mas nascido em Lisboa, ficou conhecido na Europa pela publicação do livro *‘Travels in Brazil’*, no qual expôs a seus compatriotas seu olhar e suas vivências no Brasil do período Joanino. Este artigo tem por objetivo discutir as nuances da escrita de Koster relativas à suas impressões e experiências no Brasil do início do século XIX.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura de viagem, Brasil, Período Joanino.

ABSTRACT: Six years after he first arrived in Brazil, the Englishman Henry Koster published in London his impressions of this territory to which departed in 1809 with the intent of taking care of your health. Koster, son of an English merchant, but born in Lisbon, was known in Europe by the publication of the book *‘Travels in Brazil’*, which exposed to his compatriots her gaze and their experiences in Brazil the Joanine Period. This article aims to discuss the nuances of writing Koster regarding their impressions and experiences in Brazil in the early nineteenth century.

KEYWORDS: Travel literature, Brazil, Joanine Period.

Tenho um certo prazer em descrever e viajar em novas regiões e esta parte do território que atravessara era desconhecida para qualquer inglês. Pelas sensações pessoalmente sentidas, imagino quanto agrada ao viajante nessas zonas inexploradas o encontro de novidades ao primeiro olhar. (...) sempre desejei ardentemente ser o primeiro homem civilizado que fizesse a jornada de Pernambuco a Lima.¹

Com estas palavras, Henry Koster postou em seus escritos de viagem qual teria sido o seu projeto quando de sua vinda ao Brasil em meados de 1809. Porém, este foi seu olhar em 1816, após já completada a jornada. Ou seja, somente após seu retorno à Inglaterra, a edição de seus escritos, com o auxílio de seu amigo Robert Southey na seleção de suas memórias sobre a viagem, foi que tais palavras foram publicadas sobre experiências de anos passados.

¹ KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. 12 ed. Vol 1. Trad. de Câmara Cascudo. Rio, São Paulo, Fortaleza: ABC Editora, 2003, p. 208.

Durante os séculos XVIII e XIX, amplificou-se a prática do gênero narrativo-descritivo denominado “literatura de viagem” que poderia perpassar, dentre outros aspectos: os hábitos, os costumes, a economia, a história, as práticas políticas e a biodiversidade dos locais visitados. Deve-se salientar que tais discursos muitas vezes eram cerceados pelo referencial do que se compreendia como “modernidade”, onde existia claramente o ensejo por “amplas transformações no plano da sociedade e cultura”².

A literatura de viagem não se tratou de uma invenção do século XIX. Ao contrário, o viajar e compilar as experiências e interpretações sobre o “outro” era algo que já compreendia a realidade de viajantes medievos. Porém, tais relatos, paulatinamente, inspiravam novos escritos, pois o relato do viajante, quando publicado, não traçava apenas o fim de uma viagem, mas denotava o início de tantas outras ocorreriam após a leitura do dito relato.

Todorov pondera que o “relato de viagem não é, em si mesmo, o ponto de partida, e não somente o ponto de chegada, de uma nova viagem? O próprio Colombo não tinha partido porque havia lido o relato de Marco Polo?”³, ao que Edward Said e Peter Burke parecem tentar responder ao problema acima com dois caminhos antagônicos, porém verossímeis:

Muitos viajantes se descobrem dizendo sobre uma experiência num país novo que ela não corresponde a suas expectativas, querendo dizer que ela não é o que um livro afirmava que seria.⁴

Pode-se mostrar que alguns viajantes haviam lido sobre o país antes de nele porem os pés, e, ao chegar, viram o que haviam aprendido a esperar.⁵

Entretanto, o decurso dos séculos trouxe em seu bojo uma série de modificações no modo de ver e vivenciar o mundo, e, desta forma, modificaram-se os interesses ao viajar ao mesmo tempo em que ocorriam mutações nos interesses do público leitor deste gênero literário. Uma maior acessibilidade ao livro impresso nos séculos XVIII e XIX também redundou na diversificação dos leitores.

Os séculos XVIII e XIX são marcados pela efervescência deste tipo de literatura. A Europa ocidental vivenciou um período de intensificação do interesse pelas viagens científicas ou de lazer, desenvolvendo também a escrita destes relatos das peripécias de viajantes em terras

² BARREIRO, José Carlos. *Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: Cultura e cotidiano, tradição e resistência*. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p. 10-11.

³ TODOROV, Tzvetan. *A Conquista da América: a questão do outro*. 3 ed. Trad. Beatriz Perrone Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 17.

⁴ SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 141.

⁵ BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* Trad. Sérgio Goez de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005, p. 86.

estrangeiras, aguçando a curiosidade dos leitores por estes “diários” repletos de aventuras exóticas ⁶.

O escrito do viajante passou a ser o guia, o ponto de referência, dos que almejavam seguir seu exemplo ou, então, um aparato de lazer àqueles que não podiam viajar, mas que se divertiam em conhecer novidades acerca deste admirável mundo novo e estranho que se encontrava nas territorialidades outras, principalmente na América meridional e no interior do continente africano.

Robert Darnton⁷ esboça que os livros de viagem e de história constituíam as categorias favoritas das bibliotecas francesas no século XVIII, os quais serviam para a formulação das teorias filosóficas esclarecidas do período acerca da natureza e do homem. Dentre tais livros, a obra em dois volumes de Henry Koster acerca de suas viagens ao Brasil, ainda uma colônia portuguesa, também ganhou certo destaque na Europa.

Dentre os variados temas da obra de Koster que serão discutidos ao longo desse texto, poderíamos destacar a ampla gama de assuntos nos quais o jovem autor buscou descrever em seu escrito de viagem, tais como: aspectos políticos da colônia portuguesa na América, relações sociais em uma sociedade escravocrata, análises acerca de economia, tratados diplomáticos e perspectivas acerca de religião. No entanto, as nuances mais instigantes no texto de Koster residem no fato deste viajante, além de ter sido um visitante, também foi um habitante e, desta maneira, postou-se imiscuído em vastas tramas sobre as quais buscava descrever.

Henry Koster era filho do comerciante inglês e membro da Real Academia de Ciências de Lisboa, Sir John Theodore Koster⁸, o qual, provavelmente por conta de suas atividades comerciais, era residente de Lisboa, onde nasceu Henry. Desta maneira, apesar de possuir e considerar-se de naturalidade inglesa, Henry Koster nasceu e viveu grande parte de sua vida em Portugal, o que lhe possibilitou o aprendizado da língua portuguesa, que para ele era “mais familiar que a do meu país” ⁹.

⁶ Maria Porto Alegre afirma que o “período romântico, ao desenvolver o gosto pelo bizarro, pelo exótico, por aquilo que era diferente, tendeu a estimular as expedições às terras longínquas, reforçando a busca dos viajantes por países estrangeiros”. ALEGRE, Maria Sylvia Porto. *Comissão das borboletas: A ciência do Império entre o Ceará e a corte (1856-1867)*. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2003, p. 25.

⁷ DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Trad. Sonia Coutinho. 5 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006, p. 284-285.

⁸ SMITHERS, Henry. *Liverpool, its commerce, statistics, and institutions; with a history of the cotton trade*. Liverpool: Thos. Kaye, 1825, p. 442.

⁹ KOSTER. *Viagens ao Nordeste do Brasil*, vol. 1, p. 11.

Seu mal estado de saúde¹⁰, possivelmente decorrente de uma tuberculose, foi o estopim para sua viagem ao Brasil e escolha pela Capitania de Pernambuco como destino, por ter sido indicada pelos seus amigos como lugar ideal para o tratamento de males, devido ao clima e seus habitantes. Há de se ressaltar que naquele momento, a Europa passava pelo conturbado período das guerras napoleônicas e que o próprio Koster estava em Liverpool, não mais em Lisboa, quando de sua partida para o Brasil. Assim, neste contexto, a opção pelo Brasil não teve em Koster seu primeiro aderente, já que dois anos antes a família real portuguesa fugira de Lisboa rumo à colônia do outro lado do Atlântico.

Não podemos afirmar com certeza qual seria a idade deste estrangeiro quando de sua chegada ao Brasil, pois a única evidência acerca deste aspecto encontrada por nós foi a já citada referência na *The Gentleman's Magazine*. Segundo a mesma fonte, ele teria cerca de 16 ou 17 anos de idade, sendo possível afirmar apenas que era bastante jovem.

Cerca de um ano após sua chegada, crendo ter obtido melhoras em seu estado de saúde, Koster decidiu empreender suas viagens inicialmente por localidades próximas a Recife e, posteriormente, por outras Capitanias (Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Maranhão). Ao retornar de sua jornada no Maranhão, optou por tornar-se arrendatário de propriedades em Pernambuco e empreender as atividades inerentes a um senhor de engenho. Algo, inclusive, que deve ter sido bastante marcante em sua vida, já que seu livro de viagem - dividido em dois volumes na edição brasileira que utilizamos - possui quase um volume inteiro reservado a tal momento de sua estadia no Brasil.

No ano de 1815, devido a “notícias da Inglaterra que tornavam necessária a minha volta ao lar”¹¹, Henry retornou à Europa, publicando no ano seguinte o livro *Travels in Brazil*, em Londres. Tal publicação foi dedicada em 1816, data de sua primeira edição, a Robert Southey, que auxiliou na divulgação da mesma e depois fez uma longa resenha de 43 páginas na *The Quarterly Review*, em 1817, com os seguintes termos elogiosos:

*The general spirit of the book, indeed, is excellent; the manner more resembling the good, old, plain, straight-forward style of our best travelers (...) the most part equally curious and amusing, presenting a faithful picture of a very interesting stage in the progress of society.*¹²

¹⁰ A *The Gentleman's Magazine*, uma revista literária de Londres, noticiaria a morte de Koster em 15 de maio de 1820, em Pernambuco, aos 27 anos de idade, provavelmente em decorrência da doença que lhe fizera autoexilar no Brasil. Cf. *The Gentleman's Magazine: and Historical Chronicle*, London, v. XC, july-december, 1820, p. 186.

¹¹ KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. 12 ed. Vol. 2. Trad. Câmara Cascudo. Rio, São Paulo, Fortaleza: ABC Editora, 2003, p. 416.

¹² *The Quarterly Review*, London, v. XVI, october & January, 1817, p. 387. “O espírito geral do livro, de fato, é excelente; a maneira mais semelhante do bom, velho, simples, honesto estilo dos nossos melhores viajantes (...) a maior parte igualmente curiosa e divertida, apresentando um retrato fiel do estágio mais interessante do progresso de uma sociedade” (Tradução Livre).

Naquele momento, as relações estabelecidas entre Koster e Southey não eram recentes. Ao que tudo indica, o tio de Southey, Herbert Hill, capelão anglicano em Lisboa, conhecia a família Koster. Um dos volumes do livro de Robert Southey sobre a “História do Brasil” foi amplamente utilizada por Henry em seu escrito de viagem. Em contrapartida, Southey recebia informações acerca do Brasil através de constantes trocas de correspondência com Koster para compor os outros volumes da história do Brasil, território no qual Southey nunca tocara os pés. Além disso, quando da permanência de Koster na Europa em 1815-16, “Southey viajou com Koster para os Países-Baixos”¹³.

É inegável que tais relações beneficiaram ambos os lados e a obra de Koster encontrou divulgação e grande espaço entre os leitores interessados em relatos de viagem, recebendo diversos elogios e propaganda em várias outras revistas literárias europeias.¹⁴ Nos anos subsequentes, a obra de Koster foi reeditada na Inglaterra (1817), Estados Unidos (1817), Alemanha (1817 e 1831) e França (1818 e 1846), tendo sido publicada no Brasil somente entre os anos de 1898 a 1931 em forma de fascículos pelo Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

Koster chegou ao Brasil justamente em um momento de grandes reviravoltas com relação à política externa e interna da Metrópole Portugal, que fatalmente repercutiram na colônia ultramar e, ironicamente, tornou-se sede da Coroa Lusitana. Há de se notar que por sua vivência em terras portuguesas, o autodenominado inglês Henry Koster havia de certa maneira experienciado a complexidade daquele período na medida em que, por conta das guerras napoleônicas, deslocara-se de Lisboa para a Inglaterra e posteriormente ao Brasil.

Desta maneira, Koster talvez tenha exclamado ou sentido o que Pechman assinalou em sua análise historiográfica como um “contraste fascinante” desse momento da história do Brasil, em que o Rio de Janeiro parecia:

Uma ilha de brancos cercada de escravos por todos os lados e no centro dessa ilha uma *corte* com rei europeu e tudo. Que contraste fascinante! Uma corte numa cidade movida a braço escravo. (...)

Deparei-me, então, com um fenômeno intrigante: o de uma corte numa colônia sem nenhuma cortesia e totalmente desconectada do circuito ocidental de civilização e civilidade. Tratava-se de uma tangida pelo chicote do feitor e governada pelas ácidas, ásperas e truculentas Ordenações Filipinas que espremia seus membros entre a pena de morte e o exílio. Sobre tal realidade, o

¹³ DIAS, Maria Odila da Silva. *O fardo do homem branco: Southey o historiador do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974, p. 48.

¹⁴ KOSTER, Henry. *Travels in Brazil. The Augustan Review: a monthly production*, London, v. III, n. XX, july-december 1816, p. 750.

rei com sua corte estenderia um manto de veludo “enobrecendo” nossa crua rudeza colonial.¹⁵

Porém, Koster não seguira os passos da família real portuguesa escolhendo o Rio de Janeiro como seu destino e partiu rumo ao Recife, seguindo aconselhamento de amigos da família. Recife naquele momento, apesar de apresentar-se como uma *urbe*, trazia no seu bojo “o chicote do feitor” e não o “manto de veludo” do rei.

Outra característica marcante do momento de chegada de Koster ao Brasil foi que ela se deu justamente num contexto de maiores relações diplomáticas entre Portugal e Inglaterra, quando o afluxo de ingleses ao Brasil se intensificou consideravelmente, principalmente nos centros urbanos do Rio de Janeiro, Recife e Salvador. Desta forma, o contato entre a população do Brasil e estrangeiros advindos das ilhas britânicas passou a ser mais constante, gerando um estranhamento recíproco.

Uma constante nos relatos de Koster era o forte espírito de progressivismo e crença na perfectibilidade da natureza humana. Tais características são nitidamente frutos da ilustração, que formulara uma teoria do progresso baseado em estágios da civilização. Maria Odila Dias, ao fazer uma análise da obra de Robert Southey, o amigo próximo de Koster, percebeu que, de certa maneira, o autor operou com uma série de negociações ante os pensamentos que rodeavam o findar do século XVIII e início do XIX com sua fé anglicana. Maria Odila aponta que Southey “identificava o processo histórico com a providência divina; o progresso da humanidade com o processo humanizador, de plena realização das potencialidades do homem e este com a expansão do cristianismo”.¹⁶ Tal perspectiva assemelha-se muito às percepções acerca da civilização de Henry Koster. Ao relatar sobre os hábitos da população brasileira em seu livro de viagens, Koster comenta que

Muitos brasileiros, também, mesmo de classe superior, seguem os costumes mouriscos, de sujeição e reclusão, mas tendo alguma comunicação com a cidade, veêm depressa que é preciso preferir maneiras mais civilizadas e rapidamente possuem hábitos de polidez.¹⁷

É notável o olhar deste inglês acerca da importância da consecução de um processo civilizador advindo do contato com a cidade, pelo fato de o meio urbano ser percebido como possibilitador à confrontação com mecanismos de instrução e aparatos comerciais relacionados ao liberalismo. Seu nascimento e vivência durante muitos anos em Portugal fez com que compasse as práticas de muitos brasileiros com aquilo que lhe era familiar na Península Ibérica:

¹⁵ PECHMAN, Robert Moses. *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002, p. 14-15.

¹⁶ DIAS. *O fardo do homem branco*, p. 107.

¹⁷ KOSTER. *Viagens ao Nordeste do Brasil*, vol. 1, p. 91.

os mouriscos, que eram mulçumanos “convertidos” ao cristianismo durante as Guerras de Reconquista nos territórios de Espanha e Portugal nos séculos XV e XVI.

O discurso de teor liberal mostrara-se como um dos carros-chefes do pensamento ilustrado, vislumbrando a universalização dos ideais burgueses de propriedade e trabalho racionalizado. Entretanto, cabe salientar que o posicionamento de Koster possuía algumas peculiaridades ante ao pensamento liberal, visto que, durante seu período de estadia pelo Brasil, tornou-se o que poderíamos denominar de senhor de engenho e possuidor de escravos e chegou a fazer a seguinte confissão:

Possivelmente eu, em breve tempo, não podia ser membro de outra sociedade. Sentia-me inclinado para a vida que levava. Eu era jovem, era livre e tinha poder. Embora estivesse inteiramente convicto dos males que decorrem de uma sociedade ou estado feudal, amava ter escravos. Poderia tornar-me tão arbitrário como apaixonado por essa existência meio selvagem. Podia ficar sentindo tanto sabor pela ociosidade, não tendo regras, como desgostando tudo o que fosse racional e lógico no mundo.¹⁸

Mediante a leitura do livro *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, podemos tentar compreender o porquê desta inclinação confessada de Koster à adaptabilidade ao que este estrangeiro acreditava ser “uma sociedade ou estado feudal”. Segundo Holanda:

A verdade é que o inglês típico não é industrioso, nem possui em grau extremo o senso da economia, característico de seus vizinhos continentais mais próximos. Tende, muito ao contrário, para a indolência e para a prodigalidade, e estima acima de tudo a “boa vida”. Era essa a opinião corrente, quase unânime, dos estrangeiros que visitavam a Grã-Bretanha antes da era vitoriana.¹⁹

Ora, além de poder ser visto como este típico inglês na transição para a era vitoriana, Koster ainda possuía a peculiaridade de haver nascido e vivido grande parte de seus poucos anos em Portugal e depois no Brasil. Este fato particular pode ter contribuído para tal visão de mundo que Koster tinha, já que poderíamos estender sua adaptabilidade em terras tropicais àquela que Holanda atribuiu aos colonizadores portugueses, quando, no Brasil, “onde lhes faltasse o pão de trigo, aprendiam a comer o da terra (...) farinha de mandioca fresca (...) Habitaram-se a dormir em redes (...) iam ao ponto de beber e mascar fumo”²⁰.

Gilberto Freyre, por sua vez, ao fazer um ensaio acerca da presença de ingleses ativamente imiscuídos no Brasil do século XIX, comentou que, se no Brasil a receptividade por parte dos produtos ingleses, tais como vestimentas, janelas de vidro, carruagens, maquinarias, alimentos, animais, relógios, dentre outros, foi grande, por outro lado este Brasil conquistou

¹⁸ KOSTER. *Viagens ao Nordeste do Brasil*, vol. 2, p. 416.

¹⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 45.

²⁰ _____. *Raízes do Brasil*, p. 47.

muito inglês aqui chegado cheio de ódio santo à escravidão para as doçuras do pecado quase nefando de possuir escravos e de fazer-se, como todo branco, rico ou simplesmente remediado, servir e até vestir, e carregar em palanquins, por negros trazidos da África.²¹

Porém, se por um lado podemos inferir estas influências da vivência em um mundo Ibérico nas percepções de Koster, por outro não podemos relegar toda a formatação de repertórios culturais forjados a partir de sua formação familiar inglesa inserida em uma comunidade britânica de Lisboa.

Henry Koster pode ser percebido como um sujeito híbrido neste jogo de relações, tendo em vista que, enquanto de família inglesa e autodenominado inglês, nasceu em Lisboa, onde passou grande parte de sua vida, e viveu outros quase dez anos no Brasil, onde veio a falecer. Desta forma, pode-se inferir de sua experiência um caso de adaptação cultural, a qual “pode ser analisada como um movimento duplo de des-contextualização e re-contextualização, retirando um item de seu local original e modificando-o de forma que se encaixe em seu novo ambiente”²².

Entretanto, Henry Koster, já fixado em Pernambuco como senhor de engenho, não conseguiu fugir do jogo de relações conflituosas que se davam entre os proprietários locais de terras. Quando na função de dono de engenho, em suas descrições geralmente se mostrava constantemente acompanhado de uma pequena tropa de criados escravos e livres para proteção pessoal, e explicava assim: “Era um distrito bem turbulento esse em que fixara minha residência. Muitos proprietários das redondezas viviam perpetuamente em luta e eu tivera que tomar o mesmo caminho”²³.

A narrativa de Koster mostra-se bastante interessante na medida em que o mesmo declarou-se como participante desta imensa trama que cerceava os jogos de poder entre os senhores de engenho da região em que resolvera viver. Geralmente, tal rede de relações era formada a partir de uma série de apadrinhamentos e criações de aparelhos de laços familiares entre o dono da propriedade e os diversos empregados que se tornavam agregados do proprietário.

Havia uma espécie de solidariedade comum que se estabelecia a partir de uma série de negociações e barganhas que se davam entre os membros destas “famílias”. Isso não significa dizer que existia uma fidelidade extrema por parte dos agregados e apadrinhados, já que são constantes os relatos de violências cometidas entre proprietários de terras e seus agregados.

²¹ FREYRE, Gilberto. *Inglêses no Brasil*: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil. 3 ed. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2000, p. 237.

²² BURKE, Peter. *Hibridismo cultural*. Trad. Leila Souza Mendes. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2006, p. 91.

²³ KOSTER. *Viagens ao Nordeste do Brasil*, vol. 2, p. 318.

Entretanto, as redes de acordos eram extremamente necessárias a ambas as partes, formando-se inimigos comuns, que geralmente eram outras famílias, cujo objetivo era o domínio de certas regiões. Logicamente, havia também acordos que se estabeleciam entre famílias diferentes. No entanto, tais acordos, quando se davam, costumavam ser bastante tênues, podendo ser rompidos a qualquer sinal de desavença e gerar virulentos conflitos armados. O próprio Koster comentaria acerca do modo como agiam os Feitozas no interior do Ceará e Piauí, os quais “Vingavam pessoalmente as ofensas”, e que “Os indivíduos condenados eram assassinados publicamente nas aldeias do interior”²⁴.

Como num lapso de tomada de consciência daquilo que estava se tornando, ou seja, um homem que aos seus olhos se encaminhava rumo a uma vida incivil e semibárbara, alegrava-se por haver partido do Brasil: “Abandonei com relutância o meu desejo de residir no Brasil, mas hoje muito me alegro de haver sucedido esse caso”²⁵.

Tempos antes de tal resolução, ao chegar na Vila do Assu após uma longa jornada de suas viagens, Koster expressou em seus escritos a alegria de se chegar à um local que subentendia um mínimo de “civilização”: “Oh, que alegria tive vendo uma igreja!... e a perspectiva regular de uma vila, com pessoas civilizadas, se assim as posso chamar de “civilizados”, de acordo com as ideias europeias”²⁶.

Curioso é notar ante estes embates discursivos da Civilização *versus* Barbárie a vivência de Koster como arrendatário de terras em Pernambuco, administrando um engenho, que lhe serviu como exemplo para publicação de um panfleto na Inglaterra, em 1816, sobre a abolição da escravatura nas Antilhas Britânicas. Henry Koster se mostra aos seus leitores como extremamente interessado nas questões relativas à liberdade civil. Apesar de ter vivido no Brasil como arrendatário de terras e senhor de escravos, Koster atribuía à prática da escravidão o adjetivo de “desastre moral, possivelmente o maior do mundo”²⁷.

Durante os anos de 1815-16, um debate concernente à situação dos escravos no Caribe Britânico se desencadeou no Parlamento e na imprensa inglesa. Neste momento, o tráfico negreiro já havia sido abolido pela Coroa Britânica. Entretanto, a escravidão continuava a existir nas colônias e muitas discussões passaram a ocorrer sobre como findar a escravidão nas colônias.

Neste contexto, Henry Koster publicou, em Londres, o ensaio denominado *On the amelioration of slavery*, desenvolvendo suas opiniões sobre o assunto. Tal ensaio, na realidade era

²⁴ KOSTER. *Viagens ao Nordeste do Brasil*, vol. 1, p. 184.

²⁵ _____. *Viagens ao Nordeste do Brasil*, vol. 2, p. 416.

²⁶ _____. *Viagens ao Nordeste do Brasil*, vol. 1, p. 146.

²⁷ _____. *Viagens ao Nordeste do Brasil*, vol. 2, p. 539.

uma espécie de panfleto, foi publicado originalmente na revista *The Pamphleteer*, que recebia opiniões e denúncias de variados tipos, anônimos ou não. Segundo Manuela Carneiro da Cunha a revista *The Pamphleteer*

“havia sido fundada em 1813 com a intenção explícita de conservar, para uma mais demorada consideração e para a posteridade, alguns dos escritos que circulavam sob essa forma (...) *The Pamphleteer* ligava-se expressamente às questões em debate no Parlamento Britânico e editava ensaios que tivessem conexão com elas”²⁸.

Desta maneira, tal publicação encontrava como público membros da sociedade britânica, cujos interesses estavam voltados para discussões em torno do Parlamento. Koster, compactuando com o projeto de lei que o parlamentar William Wilberforce propôs um ano antes, era a favor da abolição da escravatura. Porém, nas suas palavras, “agindo-se com grande prudência”²⁹, deveria se libertar os negros de maneira programada e gradual, sugerindo como exemplo a adoção de medidas efetuadas de maneira bem-sucedida, na visão do autor, no Brasil, tais como: a cristianização dos escravos, a permissão de dias na semana para o cativo trabalhar visando seu próprio sustento e a iniciação às letras.

Portando-se como adepto da teoria de um abrandamento gradual do cativo escravo até sua total dissolução, Koster pode ser postado na categoria que Izabel Marson denominou como *Amelioratinists*³⁰. Os membros do *African Institution*, tais como William Wilberforce, Thomas Clarkson, Granville Sharpen, James Stephen, faziam parte desse que era um

grupo com muitos adeptos nos dois lados do Atlântico que acreditou na ideia de “civilizar” os cativos e as sociedades coniventes com o cativo “melhorando” a escravidão por iniciativa dos agentes abolicionistas (religiosos ou civis), dos próprios senhores e de seus escravos.³¹

Imbuído de tal perspectiva, Henry Koster propunha que antes de serem libertos, os escravos deveriam passar por um processo de servilização, sendo agregados à terra, como “servos da gleba”. Seguidas essas recomendações, os cativos quando libertos estariam desembaraçados da barbárie, vendo-se, sendo vistos e portando-se como cidadãos.

Considera-se como marco da campanha abolicionista na Inglaterra a fundação da *British and Foreign Anti-Slavery Society*, de 1839. Entretanto, os movimentos em prol da abolição do tráfico de escravos e da abolição da escravatura já remontavam aos movimentos advindos do fim do

²⁸ KOSTER, Henry. *Como melhorar a escravidão*. Trad. Nelson Patriota. Natal: EDUFRN, 2003, p. 17-18.

²⁹ _____. *Como melhorar a escravidão*, p. 31.

³⁰ MARSON, Izabel Andrade. Liberalismo e Escravidão no Brasil – Século XIX: A condição servil como alteridade e pedagogia da liberdade. In: CAPELARI, Márcia Regina & NAXARA, Izabel Andrade & MARSON, Marion Brepohl de Magalhães (orgs.). *Figurações do outro na história*. Uberlândia: EDUFU, 2009, p. 411-439.

³¹ _____. *Liberalismo e Escravidão no Brasil*, p. 411-412.

século XVIII, promovidos pelos *quakers* estadunidenses e ingleses³². Chegando a ser pauta de discussões do Parlamento Britânico através de Wilberforce, anglicano como Koster, o tema da escravidão levou à declaração de ilegalidade do tráfico negreiro nas colônias britânicas, em 1807, e em sucessivos tratados com Portugal visando o mesmo para as colônias Lusitanas.

Koster se mostrava favorável à abolição da escravatura, mas compactuava da opinião de William Wilberforce que tal abolição deveria ocorrer de forma gradual, e que só poderia acontecer após civilizarem-se os escravos. O pensamento de Koster partia do medo que as revoltas escravas no Haiti haviam desencadeado nas potências escravocratas europeias. Segundo Henry Koster, para se evitar que o mesmo viesse a acontecer nas colônias Inglesas, era necessário abolir o elemento servil. Porém, antes, cabia ao colonizador europeu civilizar os escravos, pois se estes fossem libertados sem que antes tivessem o grau de civilização necessário, um mal ainda maior sobreviria sobre a administração das colônias.

Assim, crendo que o modelo da escravidão no Brasil era mais humano que o cruel trato prestado pelos senhores ingleses aos seus cativos, Koster indicou tal modelo como ideal às colônias Britânicas. Acreditava, então, que a igreja católica fazia muito bem em batizar e incutir o cristianismo dentre os africanos recém-chegados ao Brasil. Notando, inclusive, que as irmandades negras eram extremamente benéficas aos senhores de escravos, já que se tornavam uma forma de minorar a situação de degradação do escravo através dos festejos religiosos, que faziam os negros escravos trocarem “os pensamentos desagradáveis por outros agradáveis”³³.

A partir de tal perspectiva, Koster sugeria para as colônias inglesas a catequese e a cristianização dos escravos, assim como ocorria no Brasil. Todavia, feita pela Igreja a qual pertencia, isto é, a Anglicana. E não somente a catequese, já que outro elemento era primordial para a transformação dos negros escravos em indivíduos civilizados:

O “negócio” da conversão e da instrução dos negros nas primeiras letras deve ser levado a cabo pelos ministros da Igreja da Inglaterra, de outro modo, os negros terão mais um motivo de queixa contra os seus senhores, e sabe Deus que já têm queixas em número suficiente.³⁴

Koster lançava, assim, mão de duas tradições discursivas com relação ao trato com os escravos. De um lado, o filantropismo cristão que postava a Igreja como detentora da responsabilidade de educar e moralizar os negros, à medida que fossem transformados em

³² BETHELL, Leslie & CARVALHO, José Murilo de. Joaquim Nabuco e os abolicionistas britânicos. Correspondência, 1880-1905. *Estudos Avançados* - USP, São Paulo, v. 23, n. 65, p. 207-229, 2009. p. 214.

³³ KOSTER. *Como melhorar a escravidão*, p. 64.

³⁴ _____. *Como melhorar a escravidão*, p. 61.

cristãos; e por outro lado, surgiam os traços iluministas que almejavam por uma racionalização do trabalho com matizes liberais.

Percebe-se claramente aqui o ideal de uma civilização perpetrada pela ação do cristianismo, já que, à maneira do amigo Robert Southey, Koster embasara-se nos ideais do humanitarismo filantrópico inglês, para o qual a escravidão negra representava um dos principais fatores de discussões no século XIX.

O humanitarismo filantrópico se constituiria como uma ideologia de apoio às antigas estruturas do poder conservador. Tratava-se de justificar, explicar, definir a missão civilizadora dos ingleses; de estimular a expansão colonial; de incentivar a campanha pela abolição do tráfico com novas teorias de civilização e com projetos de colonização na África Ocidental e do Sul. (...) Pretendiam criar um Império duradouro, baseado principalmente no sistema representativo e na implantação das leis, da língua e da religião inglesa.³⁵

De tal modo, Koster sugeria empenho na conversão dos escravos ao cristianismo com o objetivo de “dar-lhes o mínimo de conforto a fim de torná-los menos suscetíveis aos maus costumes (...) para que ajam segundo os princípios do certo e do errado com sentimentos morais, e se convertam ao cristianismo”³⁶.

A opinião de uma Inglaterra propagadora da civilização não era um juízo que se restringia apenas a Koster, Southey e Wilberforce, mas ganhava respaldo crescente nos escritos de românticos ingleses, como Wordsworth, Coleridge, Thelwall³⁷, dentre outros, que se percebiam

Como povo eleito, identificavam-se os ingleses com o processo benéfico de aperfeiçoamento dos homens, ditado por Deus; que se ativessem, então, a esses princípios e exercessem sua missão civilizadora através do exemplo e da ascendência moral.³⁸

Assim, Henry Koster acreditava que “se o homem civilizado tiver de esperar que seus irmãos incivilizados o convoquem para ensinar-lhes o que sabe, o avanço da civilização e da religião será, sem dúvida, lento”³⁹, ou seja, era necessário que os povos “civilizados”, neste caso os ingleses, tomassem a iniciativa e agissem rapidamente para que os “irmãos incivilizados” pudessem avançar com relação à civilização e à religião. Compreende-se daí que, para este estrangeiro, não bastava apenas à busca pela salvação das almas, mas que era de suma importância a integração de almas como bons cidadãos servidores do Estado. A própria ideia da

³⁵ DIAS. *O fardo do homem branco*, p. 141.

³⁶ KOSTER. *Como melhorar a escravidão*, p. 35.

³⁷ Thompson discorre de maneira interessante acerca destes românticos ingleses do período pós-Revolução Francesa. Cf. THOMPSON, E. P. *Os Românticos: a Inglaterra na era revolucionária*. Trad. Sérgio Moraes Rego Reis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 299p.

³⁸ DIAS. *O fardo do homem branco*, p. 205.

³⁹ KOSTER. *Como melhorar a escravidão*, p. 36.

formação de uma nacionalidade era *per se* uma das tendências mais vigorosas nas narrativas românticas.

No entanto, apesar de Anglicano, pode-se perceber que Henry Koster era possuidor de opiniões simpáticas com relação à igreja católica no Brasil, tendo inclusive contato e amizade com vários sacerdotes católicos e acreditando que a catequese e conversão dos escravos ao catolicismo era algo positivo. Para melhor se compreender a afirmativa deste artigo, trazemos o trecho em que Koster se referia à catequese católica dos escravos no Brasil nos seguintes termos:

O excitamento do sentimento piedoso entre os escravos, sobretudo esses deveres que a Igreja Católica sabe determinar, são necessários, e se os homens devem viver como escravos, é certo que a religião é a melhor adotada para indivíduos que estão nesse estado de sujeição.⁴⁰

Apesar disso, não deixou de expor certo espanto ante o contato com algumas celebrações católicas no Brasil. Estando em Recife assistindo os festejos da semana santa em uma igreja, ficou assombrado após uma encenação teatral da paixão de Cristo durante a missa: “Concluído o sermão, deixamos a igreja. Ficara completamente assombrado. Pensei que haveria de ser algo surpreendente, mas nunca tive a idéia que levariam tão longe a representação”⁴¹.

Contudo, a principal crítica de Koster à religião católica no Brasil não estava nos atos ritualísticos e grandes celebrações, mas na interferência da Igreja na vida civil que acabava por reduzir a liberdade religiosa dos moradores da Colônia. Ante a situação religiosa de seus compatriotas protestantes britânicos em Recife, Henry Koster mostrou-se extremamente contrariado.

Não havia Capela Protestante nem clérigo nem mesmo um Cemitério para os nossos compatriotas (...) Sem alguma aparência exterior de culto, pode-se esperar que o povo do Brasil tenha uma idéia melhor sobre aqueles que representam, desde longos anos, como pagãos, bichos e cavalos? (...) Não será dessa maneira que a Nação Britânica se fará respeitada. (...) A essas razões políticas pelo estabelecimento local do culto, devemos juntar outras de grande importância, e antes as quais um cristão não poderia ser indiferente.⁴²

Este forte posicionamento com relação à liberdade religiosa havia tido em Montesquieu e depois em Voltaire seus vorazes porta-vozes, que de maneira veemente condenavam, já no século XVIII, a ação da Santa Inquisição. Bethencourt, fazendo uma análise sobre as Inquisições modernas de Portugal, Espanha e Itália, comenta acerca desse posicionamento dos *philosophes* sobre a ação da Igreja Católica e dos tribunais:

⁴⁰ KOSTER. *Viagens ao Nordeste do Brasil*, vol. 2, p. 352.

⁴¹ _____. *Viagens ao Nordeste do Brasil*, vol. 1, p. 54.

⁴² _____. *Viagens ao Nordeste do Brasil*, vol. 1, p. 54.

Os escritos de Voltaire sobre a Inquisição, e não apenas o *Candide*, são claramente seguidos pela *Encyclopédie* (tal como os textos de Montesquieu), onde se encontra uma longa introdução histórica sobre a origem e evolução do tribunal que condensa todas as tradições críticas na perspectiva das Luzes. Com efeito, o “Santo Ofício” é apresentado como uma manifestação da profunda ignorância da sã filosofia, ignorância responsável pelas dificuldades da Igreja, pela destruição de Estados, pela perturbação da tranqüilidade pública e pela ruína do comércio.⁴³

Tal enfoque crítico com relação à ação inquisitorial e a proclamação da liberdade religiosa como requisitos necessários à civilização legitimavam a defesa de Henry Koster ao Tratado de Comércio e Navegação estabelecido entre Portugal e Inglaterra em 1810. Isto porque o artigo XII do referido tratado concedia rudimentos de liberdade religiosa para estrangeiros no Brasil, impedindo a atuação da Inquisição portuguesa em território brasileiro. Comentando tal artigo do Tratado, Henry assim se expressaria:

É vergonhoso que um semelhante artigo seja necessário num Tratado entre duas nações civilizadas, mas um passo em direção da democracia deve ser recebido com alegria, especialmente nos países onde domina a religião Católica. Essa parte do artigo concede a liberdade de consciência não somente para os súditos britânicos, mas também para qualquer estrangeiro.⁴⁴

Algumas palavras-chaves do comentário de Koster saltam aos nossos olhos ante o que estamos a discutir, tais como “nações civilizadas”, “democracia” e “liberdade de consciência”. Tais conceitos trazem à tona a crítica desenvolvida por Koster ao administrador da Capitania do Ceará, Luiz Barba Alardo de Menezes, quando de sua visita em 1809 àquela capitania, que consoante este estrangeiro:

Construía, durante sua gestão na província, a parte central do palácio, empregando trabalhadores indígenas aos quais pagava a metade do preço habitual do serviço. Tinha o costume de aludir ao que pertencia aos indivíduos da Província, como se lhe pertencesse, dizendo meus navios, meu algodão.⁴⁵

Alguns fatores levaram Koster a não nutrir simpatias por Barba Alardo, que, mesmo tendo-o recebido cordialmente e colocado o estrangeiro sentado a sua direita durante uma festa no palácio em comemoração ao aniversário da Rainha Maria I, não escapou do olhar crítico de Koster acerca do modo como via sua administração da Capitania.

⁴³ BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália - séculos XV-XIX*. São Paulo: Companhia das letras, 2000, p. 367-368.

⁴⁴ KOSTER. *Viagens ao Nordeste do Brasil*, vol. 2, p. 564. A redação do referido artigo é a seguinte “Artigo XII: Os súditos britânicos e todos os outros estrangeiros residentes nos domínios de Portugal terão perfeita liberdade religiosa, lhes sendo permitido construir Igrejas e Capelas, com certas restrições quanto ao aspecto exterior. Qualquer pessoa que tente converter os católicos ou insulte publicamente a Igreja Católica, será expulsa do País onde o delito for perpetrado”.

⁴⁵ _____. *Viagens ao Nordeste do Brasil*, vol. 1, p. 175.

Barba Alardo nos é apresentado no escrito de viagem de Koster como um administrador que tinha por prática a exploração da população indígena. Além disso, o governador teria o costume de tomar o bem público como algo que possuísse. Tal postura de Barba Alardo perscrutada pelo visitante inglês seria, para Sérgio Buarque de Holanda, uma característica intrínseca ao corpo administrativo do Brasil Colônia, que devido à forte influência da família de cunho patriarcal na formação da sociedade brasileira redundou

Ao longo de nossa história, o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal. (...) É um dos efeitos decisivos da supremacia incontestável, absorvente do núcleo familiar – a esfera, por excelência dos chamados “contatos primários”, dos laços de sangue e de coração – está em que as relações que se criam na vida doméstica sempre forneceram o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós.⁴⁶

A imbricação entre público e privado, ou o nepotismo, uma fusão não prevista no direito, mas que na prática das atribuições dos poderes executivo, legislativo e judiciário e no uso da coerção acabava ocorrendo, inviabilizava o projeto de um Estado burocrático que se queria pautado pelos ditames da liberdade política. Liberdade política esta que não podia ser efetivada em uma colônia, como era o caso do Brasil no período em que Koster aqui esteve.

Na medida em que um território era posto como domínio de uma nação que se tornava sua metrópole, tal fusão inviabilizava dois pressupostos do que Rousseau denominou de “Contrato Social”. O Primeiro era a liberdade, tendo em vista que os homens das colônias seriam coagidos a obedecer aos colonizadores, além do fato de que economia e política estariam sob o total monopólio da metrópole. O segundo pressuposto é a igualdade entre os homens, não uma igualdade total, mas uma igualdade legal, isto é, todos seriam considerados cidadãos regidos pelas mesmas leis sem distinção de classe.

Cerca de trinta anos depois da visita de Koster à Capitania do Ceará, um olhar crítico ao sistema colonial seria refeito com um enfoque retrospectivo pelo missionário estadunidense metodista, Daniel Kidder. Ao fazer um balanço acerca do regime imperial brasileiro, Kidder remeteu-se ao período colonial, tendo como base as obras acerca da história do Brasil dos ingleses Robert Southey e John Armitage, e percebeu a colonização como fator decisivo no atraso da economia brasileira:

Para se fazer idéia das transformações por que passou o Brasil durante os últimos trinta e cinco anos, é necessário não nos esquecermos de que até então a política tacaña da Metrópole proibia terminantemente qualquer modalidade de comércio com o estrangeiro.

⁴⁶ HOLANDA. *Raízes do Brasil*, p. 146.

Navios de nações amigas eram, de quando em vez, autorizados a entrar nos portos desta colônia ciclópica, mas, nem os passageiros, nem as tripulações podiam desembarcar senão sob as vistas de uma guarda militar.⁴⁷

A colônia era então descrita por este estrangeiro, assim como o tinha sido feito por Koster, tão afeito ao ideário da liberdade, como os ciclopes da mitologia grega, símbolos da crueldade para com seus filhos, da falta de leis, sem o mínimo sinal de uma moral que os conduzissem e que tinham a fama de serem antropófagos. Assim, poderíamos arriscar que, aos olhos de Kidder, ao comparar o Brasil aos ciclopes, a colônia era vista como um território em que os homens eram vigiados, espoliados, consumidos, devido à falta de liberdade perpetrada pela metrópole.

Koster, por sua vez, vivenciou tal vigilância, espólio e consumo, atuando por vezes como o estrangeiro que sentia extremo estranhamento perante o que se passava diante de seus olhos e, por outro turno, como aquele que sucumbia aos deleites que sua posição de viajante e senhor de engenho lhe propiciavam.

Este olhar demandado pelos movimentos de contato com o “outro” por parte dos europeus em relação à América pode ser visto a partir do que Burke denomina de “zonas de encontros culturais”, os quais não são apenas “locais de encontro, mas também sobreposições ou interseções entre culturas, nas quais o que começa como mistura acaba se transformando na criação de algo novo e diferente”⁴⁸.

Tal atuação poderia se constituir como uma aparente incoerência. Porém, tomando de empréstimo as palavras de Maria Odila Dias, concluímos afirmando que: “Qualquer indivíduo é sempre impregnado de incoerências, não sendo jamais suficientemente autônomo para tomar posição lógica e coerente ante os grandes temas de seu tempo”⁴⁹.

Recebido em: 16/03/2014

Aceito em: 08/06/2014

⁴⁷ KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de Viagens e Permanências no Brasil [Rio de Janeiro e Província de São Paulo]*: compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e de diversas províncias. Trad. Moacir N. Vasconcelos. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001, p. 41.

⁴⁸ BURKE, Peter. *Hibridismo cultural*. Trad. Leila Souza Mendes. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2006, p. 73.

⁴⁹ DIAS. *O fardo do homem branco*, p. 10.